

Deponente: João Dalício de Resende

Entrevistador: Caroline Cunha Rodrigues

Data: 18 de julho de 2017.

CAROLINE: Depoimento gravado no dia 18 de julho de 2017, na casa de Direitos Humanos, em Belo Horizonte, por Caroline Cunha Rodrigues, entrevistando João Dalício. João Dalício, por favor, faça a sua apresentação, do senhor.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Meu nome é João Dalício de Resende, eu sou natural de Crucilândia, um município que fica, aproximadamente, 110 km aqui de Belo Horizonte, na região lá do sul.

CAROLINE: Sul de Minas.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, é sentido sul.

CAROLINE: Ah, sentido sul.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: E mudei para Brumadinho junto com meus pais e na época, outros três irmãos, para a área rural de Brumadinho, onde, em 1955, mês de junho, estava na época com nove anos e seis meses, comecei a trabalhar com o meu pai a partir dessa época, mas antes já trabalhava ajudando a minha mãe, porque o meu pai não trabalhava próximo, muito próximo de casa. E trabalhei em Brumadinho até 1968, e nós, eu, o meu pai e mais dois irmãos, a gente trabalhava um ano dividido, seis meses na lavoura, mais propriamente no período chuvoso, e seis meses na olaria fabricando tijolo. Nós chamávamos tijolo comum, hoje é conhecido como o tijolinho, não é? Mas na época o tamanho não era bem tijolinho, não, era bem maior do que os dias atuais. E ingressei no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brumadinho no ano de 1966 dois anos após, aproximadamente, após a sua fundação. O sindicato lá foi fundado em 1964.

CAROLINE: Antes ou depois do Golpe Militar, senhor sabe?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, foi antes, foi janeiro de 64, foi bem próximo, né? E a partir de 1967 me tornei diretor secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brumadinho. E em 1968, com a fundação da

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, me tornei diretor secretário da Federação.

CAROLINE: E o senhor, qual é a data de nascimento, por favor?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Minha data de nascimento é 15 de dezembro de 1945.

CAROLINE: Certo.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Próximo dezembro, se Deus quiser, estarei completando 72.

CAROLINE: Claro que estará. Então, João Dalício, você poderia contar mais sobre a fundação da FETAEMG, atuação naquela época, no contexto dos anos 60 e 70, por favor.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: A fundação da FETAEMG, ela se deu em 27 de abril de 1968, quando já havia conseguido o registro para os primeiros cinco sindicatos de Minas Gerais.

CAROLINE: Uhum.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Porque na época, pela legislação da época, exigia-se um mínimo de cinco sindicatos plenamente legalizados junto ao Ministério do Trabalho, que era o órgão que controlava todos os sindicatos, não só os rurais como os urbanos também. Mas havia... Mas, em torno de uns 15, 17 sindicatos fundados, mas os outros não estavam plenamente...

CAROLINE: Legalizado.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Legalizado. Essa legalização, além de ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, que era ter, como se diríamos, um certificado de reconhecimento, era denominada Carta Sindical, que era o documento oficial de reconhecimento. E a diretoria definitiva plenamente legalizada também, tudo de acordo com as normas do Ministério do Trabalho. Então isso ocorria em uma demanda, geralmente, dois anos, dois anos e meio o sindicato conseguir toda essa regularização.

CAROLINE: E havia algum contexto político que dificultava essa regularização pelo tempo de dois anos, dois anos e meio?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Isso, a questão... Era uma burocracia assim que dificultava um pouco as coisas. A diretoria era composta com um mínimo de 12 pessoas, entre efetivos, suplentes, conselho fiscal e suplentes e delegados representantes, mínimo de 12 e o máximo de 16 pessoas. Então, essas pessoas tinham que preencher uma ficha, denominada ficha de qualificação, essa ficha, ela teria que ser acompanhada de atestados diversos, né, de... O brasileiro, que estava constando lá no seu documento, como no meu caso, nasci em Crucilândia, Crucilândia é Minas Gerais e é Brasil, ainda tinha que ter atestado de brasilidade da autoridade policial geralmente, né. Tinha que ter atestado de bons antecedentes, tinha toda uma burocracia de documento que não adiantava alguém questionar, mas isso aqui não tem a menor lógica, não tendo ou não tendo era o que era exigido, e sem aquilo...

CAROLINE: Não tinha objetivo sindical, né?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: O diretor não era, aquela pessoa não era aprovada. E se uma pessoa não era aprovada na ficha, não era aprovada no contexto dos documentos que teria que ser anexado, aí aquele teria que ser substituído dentro do processo eleitoral. E as eleições, as reuniões, tudo teria que ser de acordo com a autorização do Ministério do Trabalho. Por exemplo, se o sindicato marcasse uma reunião, o edital de convocação teria que ser encaminhado à delegacia regional do trabalho, e a delegacia examinava aquilo e inclusive com a ordem do dia teria que constar do edital e, principalmente, de acordo com essa ordem do dia, era autorizada ou não a realização daquela assembleia de associados.

CAROLINE: E havia então controle político das pessoas que entrariam no movimento sindical regularmente? Esses antecedentes também eram sobre a trajetória política ou sobre a ideologia da pessoa? Ao que indicasse que a pessoa tem uma trajetória de esquerda ou se é uma pessoa que não tem uma trajetória, o senhor sabe dizer?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Olha, o quê que a gente... Tinha algumas informações, era que em todas as assembleias, por exemplo, mesmo naquelas autorizadas pelo Ministério do Trabalho, eram pequenas assembleias, né,

porque a própria aderência dos trabalhadores ao quadro de associados era um pouco tímida em relação aos comentários que circulava sobre a questão da Ditadura e também a questão do patronato, dos empregadores rurais ou de políticos, os chamados partidos de direita. Que na época da Ditadura eram dois partidos, né? A Arena e o MDB, depois se tornou PMDB. Então ficava tentando tirar o pessoal de ideia, de associar ao sindicato, mas acontecia alguns casos. Eu me lembro da minha passagem, trabalhando pela FETAEMG no triângulo mineiro, que a gente encontrou, deparamos com um caso no Município do Prata, em que um cidadão era candidato na diretoria e a ficha dele, não conseguiu atestado de bons antecedentes, e ele havia, ele tinha sido condenado em um caso que havia acontecido com ele, mas ele já tinha quitado o seu débito com a justiça, então isso até, no caso, nesse caso específico, aquilo ajudou, porque o nome dele estava na secretaria de segurança, no DOPS, né, na época, como uma pessoa suja. Aí apresentou lá que já havia cumprido pena, já tinha quitado o seu débito com a justiça, ali limpou, mas essas coisas acontecia. E outras pessoas, às vezes, era barrado o nome sem justificativa.

CAROLINE: E o senhor se lembra o nome desse senhor do triângulo mineiro?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, não lembro, não. Eu lembro que ele era, não era o presidente, era o secretário ou tesoureiro, eu não lembro o nome dele todo, mas o principal nome dele era Alceu.

CAROLINE: Alceu. Certo. E então outras pessoas eram barradas sem justificativa?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: É, isso também poderia ocorrer, e aí a gente não tinha como ficar, como discutir a questão, tinha, simplesmente, que buscar um substituto.

CAROLINE: Não havia recurso, né?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, não havia. Não havia possibilidade de recorrer.

CAROLINE: Uhum. Entendi. Então havia um certo controle do Ministério do Trabalho, via delegacia do trabalho, Minas Gerais, sobre a sindicalização rural?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, isso prevalecia para sindicatos rurais e urbanos, na época, no nosso caso os rurais, né? Também, quando a gente fala rural, a gente pode estar falando de dois setores, né, o setor do trabalhador...

CAROLINE: E do patronal.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: E do patronal, né, que é bem diferente, né?

CAROLINE: É. Então, é sobre essa época de 68, fim dos anos 60, o senhor poderia destacar mais algo sobre a FETAEMG, sobre aquele contexto da criação da FETAEMG? Sobre as dificuldades, os desafios da instituição...

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: No meu caso, principalmente, aqui da região da grande BH, o contato que a gente teve com as pessoas que lidavam nessa área foi com o antigo círculo dos trabalhadores operários, que depois o nome, a denominação mudou para círculo dos trabalhadores cristãos. E em Brumadinho foi fundado o círculo dos trabalhadores cristãos em 1966, onde eu comecei participar, e foi através do círculo dos trabalhadores cristãos que eu ingressei no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. E aí...

CAROLINE: E qual era o objetivo desse círculo dos trabalhadores cristãos?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: O objetivo era, era... Organizar os trabalhadores cristãos, ligado à igreja católica, para ter uma entidade que os representasse, mas não tinha força, assim, como tem um sindicato de classe, né? Então, era mais assim, no sentido de confraternização, no sentido de participação social, de visitar outros, outras organizações similares. Tanto que no ano de 1966 teve o primeiro, o denominado primeiro congresso dos trabalhadores, nacional dos trabalhadores rurais, realizado em São Paulo, não existia ainda a FETAEMG, evidente, né, em 66, mas já existia alguns sindicatos em Minas Gerais. Nós fomos... Três sindicatos de Minas se fez representar nesse congresso em São Paulo, um deles foi o de Brumadinho, através da minha pessoa, o outro foi o de Esmeraldas, através, na pessoa do José Maurício, que era o então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esmeraldas, e o outro foi um moço chamado Moisés, do sindicato de Poté, porque nessa época o Joaquim de Poté, que era uma das lideranças, estava cassado pela ditadura militar, os direitos sindicais suspensos. E eu lá em

Brumadinho, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais era muito amigo da nossa família, e a gente esporadicamente trabalhava com ele no serviço da produção de mudas de laranjas e mudas de rosas e essas palmas que eram vendidas aqui, fornecia para o Mercado Central aqui em Belo Horizonte, então ele não... Ele era o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mas ele não tinha disponibilidade de afastar das obrigações dele ligada a essas atividades para ir ao congresso de São Paulo, que demandou, aproximadamente, uma semana. Então... Ele me indicou para o representante da CONTAG aqui, em Minas Gerais, para que eu fosse representar o sindicato, né? E essa...

CAROLINE: E o senhor gostaria de fazer alguma consideração a mais sobre esse congresso? Sobre a sua participação?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Olha, na época, foram, aproximadamente, uns 300 representantes de trabalhadores rurais de todo o Brasil, e como estava um período muito complicado da Ditadura Militar, acho que isso influenciou muito nesse número de representantes ser relativamente bem pequeno. E as maiores representações eram dos sindicatos do Nordeste. Naquela época eles discutiam muito a questão das ligas camponesas, né, tinha... O sindicalismo no Nordeste já era, assim, bastante mais amplo do que a região aqui do Sudeste. Então... E ali também tinha muita gente inexperiente no assunto, eu era um desses inexperientes, tipo assim, caí de paraquedas no meio daquela discussão toda, eu não, na época não tinha nem como debater os assuntos em pé de igualdade com a maioria das pessoas que estavam ali participando do congresso.

CAROLINE: Mesmo assim foi importante para o senhor.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Foi, foi muito importante como início, né? A CONTAG era dirigida pelo interventor militar, que ficou no mandato até 1968, né? Aí é o meu retorno desse congresso, aí a gente começou um trabalho mais ativo, no sentido de, verdadeiramente, instalar o sindicato em Brumadinho, porque ele não tinha nem uma porta aberta como escritório de atendimento aos associados nessa época. Tinha o apoio da igreja, e a única atividade que se

fazia era uma reunião em determinado domingo, uma vez por mês, dentro da própria igreja matriz de Brumadinho, com o apoio do pároco local.

CAROLINE: Você lembra o nome dele, do padre?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Lembro muito, foi uma pessoa de uma amizade enorme, Padre Vicente de Assunção.

CAROLINE: Vicente de Assunção. Então a igreja teve um papel muito importante para mobilização dos trabalhadores rurais ali, né?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Teve, sem dúvida. Tanto ali como em Esmeraldas também, que a igreja católica... O José Maurício da Silva era a pessoa muito ligada à igreja católica, a igreja católica tinha dentro dela, e tem até hoje, né, diversas associações, e a gente participava, no meu caso em Brumadinho, participava da associação dos Vicentinos, e também da irmandade do santíssimo, na época.

CAROLINE: E o sindicato de Brumadinho e até de Esmeraldas, vocês tiveram alguma dificuldade com forças políticas locais para a organização do sindicato, para a atuação do sindicato?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Olha...

CAROLINE: Seja policiais, ou proprietários, ou políticos?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, a gente tinha, assim, aquelas visitas, assim, que a gente, né? As visitas... A estratégia mesmo de as pessoas estar visitando o sindicato, mas as pessoas não se apresentavam como, como... Identificando o quê que estaria fazendo por ali não, e às vezes ia até um tanto disfarçado, né. Muitos órgãos de governo aqui, na época, secretaria do trabalho e ação social mesmo, sabe, e tal, aí tinha alguns eventos que convidavam o sindicato para participar, tinha aquela relação assim que, aparentemente, parecia uma relação muito amistosa e tal. Mas depois a gente, depois, no desenrolar das coisa, via que aquilo era mais no sentido investigativo, estar fazendo os relatórios e tal, sabe?

CAROLINE: Ah, sim.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Por exemplo, quando eu falei da pessoa que, que me indicou para ir participar do congresso em São Paulo, que foi através

do diretor da representação da CONTAG, que funcionava aqui em Minas, aqui, bem pertinho, ali no Edifício Helena Passig, da Rua Rio de Janeiro, né, que a sede era ali.

CAROLINE: Era?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Era. Durante muitos anos... O quê que se chamava delegacia regional da CONTAG em Minas Gerais. E depois a Federação fundada, a sede própria funcionou ali até mil novecentos... Lá pelo final de 1972, antes de mudar para...

CAROLINE: Mesmo local, né?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Mesmo local onde funciona hoje, né?

CAROLINE: Uhum.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Então, um cidadão chamado Geraldo Nacib Salomão, ele era do círculo operário, trabalhava na assessoria do ciclo operário, ele ajudou a coordenar a fundação do sindicato de Brumadinho, em nome do ciclo operário, e ele foi nomeado delegado regional da CONTAG em Minas Gerais. E essa delegacia funcionou até mesmo depois de fundada a federação, em abril de 1968, ela continuou funcionando como delegacia, até que... Porque aquela burocracia e demora para reconhecer um sindicato também não foi muito diferente em relação à demora de reconhecer a federação fundada em abril de 68. Ela só foi reconhecida, mesmo assim porque tentaram agilizar do lado dos trabalhadores, do lado da própria CONTAG, aí em dezembro, olha bem, de abril para dezembro para ser reconhecida. E a eleição da diretoria que se chamava diretoria provisória, que era uma diretoria com um prazo de mandato indefinido, esse provisório poderia durar seis meses ou um ano ou dois anos. Ela só aconteceu em abril do ano de 69, e mesmo assim nós, os diretores que deveríamos ter assumido a direção, ficou até... 69, não, foi reconhecida...

CAROLINE: 68.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: 68, fundada em 68, é.

CAROLINE: Aí o senhor disse que teve um tempo aí para estabelecer a diretoria provisória.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Exato. Aí o decreto da publicação no Diário Oficial da União do reconhecimento da federação aconteceu em dezembro de 68, e abril de 69 foi que...

CAROLINE: Houve a diretoria provisória. Mas foi por aí, o senhor quer dizer que houve o intervalo entre o reconhecimento e a criação da diretoria, né?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: É. Sabe que eu estava fazendo um pouco de confusão nas datas.

CAROLINE: Não, sem problemas.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: A Federação fundada em abril de 68, a diretoria provisória eleita deveria ter assumido em abril, a partir da data de fundação, aí continuou funcionando a delegacia regional da CONTAG, inclusive sob direção desse cidadão, Geraldo Nacib Salomão.

CAROLINE: Ah, entendi.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Aí, quando foi por volta de setembro, chamaram o presidente para assumir, só o presidente a princípio, por volta de setembro, se eu não me engano. Em outubro, aí chamaram a mim, né, João Dalício, secretário, e chamaram o tesoureiro, que era o Belmiro Vieira Gomes, de Poté. E aí a Federação... Mas a gente ficou, sabe, a princípio quase que sem função, porque lá estava o diretor, o nomeado, o delegado regional da CONTAG, né? E a gente também sem experiência nenhuma, porque hoje se funda um sindicato, se entra uma pessoa novata na direção, não vai começar as coisas da estaca zero.

CAROLINE: Do zero, né?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Aí...

CAROLINE: Aí (trecho incompreensível) diretoria provisória, e aos poucos, né?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Aí então que, a partir de outubro, nós já estávamos os três transferido para Belo Horizonte, na sede da Federação, né. A sede da delegacia da CONTAG se transformou em sede da Federação, aí foram fazer aqueles processos de formar uma nova diretoria, que aí deixou de ser a diretoria provisória e passou a ser a chamada diretoria efetiva com três anos de mandato, que nós tomamos posse no dia 15 de abril de 69.

CAROLINE: Ah, agora compreendi o que aconteceu.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Para dia 15 de abril de 72.

CAROLINE: E a respeito daquele, dessa nomeação do presidente, depois do secretário, em 68, o reconhecimento formal só veio em dezembro?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Só veio em dezembro. O reconhecimento formal eram dois atos, um era a emissão da carta sindical, primeiro era publicação do reconhecimento no Diário Oficial da União, e algumas semanas depois a emissão da carta sindical.

CAROLINE: E essa demora, ela tinha uma razão puramente burocrática ou tinha também um fator político para haver essa demora para o reconhecimento da FETAEMG?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Olha, a questão da FETAEMG, eu não pretendo aprofundar em alguns, no mérito de algumas questões, porque não vem muito ao caso, mas a partir de mil e novecentos... Naquela época, a partir de 1965, já tinha se destituído a contribuição sindical para a área rural. Porque antes ela só existia para área urbana, porque... O trabalho, a profissão de trabalhador rural, ela só foi... Ela não era reconhecida pela consolidação das leis do trabalho, ela só veio a ser reconhecida com o estatuto chamado Estatuto do Trabalhador Rural, e junto com o estatuto do trabalhador rural foi instituída a contribuição sindical para a área rural. E a CONTAG, quando ela instituiu a delegacia regional em Minas Gerais, era um dos intuitos, era arrecadar a contribuição sindical. Porque onde não tinha sindicato, a contribuição, e nem federação, a parcela que seria do sindicato e a parcela que seria da federação, toda ela... Toda ela se transferia automaticamente para a confederação.

CAROLINE: A CONTAG.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Então existia um interesse financeiro muito forte, no sentido de...

CAROLINE: De centralizar o serviço.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Centralizar, né. Aí, essa demora, embora confederação, federação e confederação e sindicato são considerados

entidades coirmãs, mas no sentido financeiro, aí às vezes batia mais forte essa questão de quem é que iria levar vantagem sobre...

CAROLINE: Entendi.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Então, com certeza, não houve também muito interesse da CONTAG...

CAROLINE: Para pressionar.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Para agilizar, agilizar o reconhecimento da federação. Aí ela criou a delegacia. Eu, pessoalmente, vejo, assim, que foi uma maneira de começar a formar alguns sindicatos em Minas Gerais, mas uma coisa sem pressa, porque financeiramente para ela era interessante demorar o reconhecimento da federação, e não fundar muitos sindicatos, assim, muito de imediato em Minas Gerais.

CAROLINE: Entendo. Na época era interessante devido aos recursos, não é?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Uhum. E, principalmente, com a direção da confederação na mão de um interventor militar, né, que se dizia trabalhador rural, mas... E sem qualquer intenção de crítica à federação ou círculo operário, que era uma entidade que a federação de Minas, e tinha as federações de outros estados. O José Rota, então interventor da CONTAG, ele foi indicado, passou pela direção da federação dos círculos operários de lá, mas eu tenho que reconhecer a parte que essas federações, tanto a de Minas como a de São Paulo, não conheço muito a realidade de outros estados, colaborou muito na organização dos trabalhadores rurais.

CAROLINE: Sim. Então como que a FETAEMG, uma vez estabelecida e reconhecida com a diretoria, começou a atuar nessa pauta dos trabalhadores rurais?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: A época era muito complicada, né, e o governo do ditador... O governo da Ditadura Militar, eles começavam a acenar com algumas coisas no sentido de dar uma proteção, de dar uma ajuda, eu diria uma ajuda parcial para incentivar as pessoas, mas sem pender o controle político, principalmente. Então, junto com o Estatuto do Trabalhador Rural, também tinha o compromisso de criar organização para cuidar, no sentido,

principalmente, da questão de saúde dos trabalhadores rurais, que os trabalhadores eram tido, todo o Brasil, como indigente.

CAROLINE: Indigente?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Indigente. E aí, por volta de 1966, foram feito vários convênios com hospitais locais, regionais, de várias partes do Estado, mas, e também tinha um convênio com... Do Ministério do Trabalho para fornecimento de bolsas de estudo para alunos que estudasse o segundo grau. Primeiro, na época nós tínhamos o primário, que era só até a quarta série, né, o ginásial, que era da quinta à oitava, e o ensino médio, da primeira à terceira série do segundo grau. Então, para o ginásial e o ensino médio, criaram um fornecimento de uma bolsa de estudos, e essa bolsa de estudo era... Tinha uma cota para cada sindicato que se inscrevesse no programa, e um controle muito rigoroso, essa ajuda financeira era um cheque nominal ao responsável pelo estudante, com muito critério de rigor das fichas, de inscrição, dos comprovantes de colégio, do recebimento daquele cheque pelas pessoas... A gente tinha que montar na bicicleta ou no cavalo ou de a pé, ir atrás das famílias, porque, sabe, tinha prazos fixos, não podia passar um dia daquele, aquele prazo era rigoroso também.

CAROLINE: Que não se adaptava à realidade das pessoas no campo, né?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: É, para poder, aquela família não perder aquela ajuda, porque se passasse daquele dia... Chegava, por exemplo, o... A verba, os cheques, se aquele cheque não voltasse com todos os comprovantes até dia x, simplesmente perdia. E em Brumadinho teve uma, uma coincidência, que tem um hospital em Brumadinho, e com esse hospital foi feito um convênio regional que atendia, aproximadamente, uns oito municípios em volta, né, e aqui em Belo Horizonte tinha um convênio regional, inicialmente com o hospital São Francisco de Assis, que é na Concórdia, né, que abrangia uma outra região de hospitais regionais, em uma área muito longa aqui de Belo Horizonte, muito ampla, além de Belo Horizonte em todos os sentidos geográficos. Então, só que lá em Brumadinho, por exemplo, esse convênio, ele existia e nem os sindicatos lá sabia que ele funcionava. A verba chegava, era recebida pelo

hospital, e o pessoal continuava sendo atendido lá, quando acontecia, como indigente.

CAROLINE: Como indigente?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Como indigente. Com a abertura do sindicato, que só aconteceu a partir de 1960, final de 66, nós tomamos conhecimento da existência desse convênio e reivindicamos o que era direito do sindicato, de estar fazendo a intermediação do encaminhamento desse pessoal ao hospital através de guias e também o direito de fiscalizar se estava ou não sendo atendido de acordo com o convênio. Então quebrou, quebrou essa barreira do hospital está recebendo sem dar nenhuma satisfação...

CAROLINE: Ao sindicato e as pessoas não terem acesso.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Ao sindicato e aos próprios trabalhadores, que o trabalhador chegava lá e o trabalhador não sabia, porque, né, naquela época...

CAROLINE: Do seu próprio direito.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Do seu próprio direito. Inclusive, se assinava ou não alguns documentos lá, não sabia nem o quê que estava assinando.

CAROLINE: Então, João Dalício, nos anos 70, como foi a FETAEMG? A atuação na FETAEMG, o senhor gostaria de contar mais para a gente?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: A FETAEMG, a partir da, que a diretoria assumiu, né, final dos anos de 68, né, aí nós fomos começando a tomar pé da, dos fatos, dos acontecimentos. A primeira eleição de abril de 68, né... 69, né?

CAROLINE: Uhum. Da diretoria...

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: É, dia 15 de abril de 69, né. Aí já teve problema, teve inclusive chapa de oposição.

CAROLINE: Quais foram os problemas?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Um dos problemas foi que a pessoa que era o delegado regional, e que não tinha nada a ver com a profissão de trabalhador rural, ele fez a tentativa de se...

CAROLINE: O da CONTAG?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: O da CONTAG. De, de apresentar algum documento, evidentemente, sem, sem qualquer autenticidade, né, como rural, mas isso. Sempre, muita gente conseguiu fabricar esses tipos de documento, né, não foi... Aí não deu certo para o lado dele de encabeçar uma chapa e se tornar o presidente, um candidato a presidência da FETAEMG. Aí, ele ajudou a articular a formação de uma outra chapa, na época era, era o então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Pontas, mas a chapa não saiu vencedora, né. E uma outra batalha “foi a questão da FETAEMG levar o seu, ficar com a parcela de direito na contribuição sindical do estado de Minas Gerais”.

CAROLINE: Que antes era destinado para a CONTAG.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Antes era destinada para a CONTAG. Porque a contribuição sindical, tal como ainda é hoje, ela é dividida, a parcela maior para o sindicato, uma parcela do Ministério do Trabalho, e uma outra parcela da federação, e uma outra parcelinha menor, a menor de todas as quatro para a confederação. Então, com... Quando a FETAEMG conseguiu usufruir desse direito, né, tinha uma equipe que trabalhava na arrecadação da federação, era constituída, chamada equipe dos exatores, palavra até meia fora de moda.

CAROLINE: Exatores?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Exatores. Era os arrecadadores da contribuição sindical rural no Brasil. Era no Brasil, na época. Então esses exatores, eles tinham... Um Estado de Minas Gerais, que é o nosso caso, ele estava dividido, se não me engano, em cinco regiões, e tinha cinco exatores chefe, chamado exatores chefes, que era um em cada uma dessas cinco regiões, e eles colocavam os exatores para trabalhar em determinados municípios, por exemplo, um exator tinha, digamos, uns, sob a coordenação deles, uns cinco, seis, oito trabalhando em municípios. Esses exatores era,

tinha o apoio dos prefeitos locais, geralmente, porque a questão política eram os dois partidos, a Arena e o MDB, então, principalmente, era um peso muito forte da Ditadura para que fosse favorecido os candidatos da Arena, que era o partido da direita, partido, digo, do governo ditador, e esses... Esses exatores que trabalhavam nos municípios conseguiam um espaço físico dentro das prefeituras, e força política ali da própria prefeitura, no sentido de se manter uma, até uma certa pressão para que os trabalhadores rurais e os pequenos proprietários, principalmente, porque no caso da entidade dos trabalhadores agrupava os trabalhadores assalariados, que quase não existiam, legalmente falando, e os pequenos proprietários, no caso de dois módulos rurais para menos, né, de propriedade explorada. E então, além disso, além disso tinha uma pessoa do... Reformada, né, do Exército, que era contratado pela CONTAG, para coordenar toda essa arrecadação a nível de Brasil, e onde, em alguns casos que havia qualquer tipo de problema, esse militar reformado de alta patente fazia uma visita, pressionava, inclusive, ao delegado do trabalho, a delegacia do trabalho, e através da delegacia pressionava o político que tivesse...

CAROLINE: Responsável.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Que tivesse agindo de maneira, de... Não cooperando com esse tipo de arrecadação, e as coisas, tipo assim, tanto é que da arrecadação total da CONTAG, esse, esse testa de ferro a nível nacional tinha 1% da arrecadação.

CAROLINE: Para ele?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Para ele.

CAROLINE: E o senhor se recorda do nome dele?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, não estou nem com vontade de recordar.

CAROLINE: Sem problemas, obrigada. E o senhor permaneceu no primeiro momento até a FETAEMG, até que ano? Até o seu retorno à FETAEMG?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Você fala esse período como diretor?

CAROLINE: Sim.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Esse documento, esse aqui, os considerando, né, o principal, considerando é esse que para mim não diz coisa com coisa, e eu não soube mais nada além disso.

CAROLINE: Então o senhor permaneceu na FETAEMG até 72?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Até 72.

CAROLINE: Então antes da gente falar sobre essa situação, que eu gostaria de fazer a gravação em imagem, pelos direitos do senhor, que foram violados nessa situação, eu gostaria só de fechar até 72, sobre como era a atuação da FETAEMG ali. Porque como a gente não tem registro documentais, eu gostaria de saber do senhor, quais as principais atividades da FETAEMG? Você comentou a questão dos serviços básicos aos trabalhadores rurais, né, se havia também uma atuação voltada para a demanda de conflitos de terra ou demanda de direitos trabalhistas. Como que era?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: A questão, a FETAEMG tinha uma equipe de cinco advogados na época, que a gente chamava de um quadro jurídico. E esses advogados começaram a dar assistências aos sindicatos, através dos sindicatos aos empregados rurais, começou a ser exigida, conforme própria lei da época, Estatuto do Trabalhador Rural, a assinatura de carteira, o pagamento de férias, de 13º, ainda não era extensivo ao trabalhador rural o FGTS, que isso veio acontecer algum tempo depois. E a assistência, a assistência chamada ambulatorial, porque nesse período uma das coisas que o governo, eu falei que o governo começou a ajudar através das bolsas de estudo, mas também foi criado o Funrural, e o Funrural, através do Funrural que eles fizeram os convênios hospitalares, e fizeram também convênios ambulatoriais com os sindicatos, onde eles forneciam um equipamento para assistência médica e, em alguns casos, não eram, não era simultâneo a concessão do convênio de ambulatório, mas também tinha, em alguns casos, em bastante casos, convênios para a assistência dentária.

CAROLINE: Uhum.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Então esses convênios, além do fornecimento dos equipamentos, é uma verba para o pagamento dos profissionais da área, o

dentista, no caso, o médico. Então isso foi, ajudou a acelerar mais a fundação desses sindicatos. E os conflitos de terras, era uma coisa, assim, que não era no Estado de Minas todo, eles começaram em algumas áreas... O conflito de terra...

CAROLINE: O senhor se recorda de alguns, por exemplo, em Três Marias, Governador Valadares?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Recordo. De Cachoeirinha, na região Norte.

CAROLINE: Cachoeirinha. Naquela época o senhor, já tiveram conhecimento do que aconteceu em Cachoeirinha?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Tinha, porque...

CAROLINE: Como vocês souberam, houve alguma ação da FETAEMG?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Antes da fundação da FETAEMG, o Geraldo Nacib Salomão, da delegacia, funcionava basicamente com um diretor, uma secretária, os assessores do, pelo menos dois assessores sindicais e alguns advogados. Naquela época, antes da Federação, da fundação da Federação, o Geraldo Nacib Salomão e a secretária, chamava Nelita Pereira de Melo, eles chegaram a ser detidos lá, em função do conflito lá de Cachoeirinha.

CAROLINE: Tinha sido detidos?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Chegaram, depois foram liberados.

CAROLINE: Mas aqui em Belo Horizonte ou...

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, lá.

CAROLINE: Em Montes Claros?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Lá na região de Cachoeirinha.

CAROLINE: Aham.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Que hoje, onde era Cachoeirinha, é município de Verdelândia, né?

CAROLINE: Uhum, exatamente. E quando...

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Agora, os, assim, outros conflitos que gerava também era porque os empregadores rurais, inconformado com os direitos dos parceiros e arrendatários, e umas parcerias que eram transformada em prestação de serviço, então perante a lei ela estava mais enquadrada de como

empregado do que como parceiro, era as chamadas falsas parcerias. Então começou haver, assim, muita expulsão do trabalhador que era parceiro nas propriedades.

CAROLINE: E que tinha uma percepção de posse ali também, né, em relação à terra? Você comentou sobre o conflito de Cachoeirinha, eu só gostaria de saber, se for possível, se a FETAEMG, uma vez criada, ela tomou alguma medida ali naquela época em relação aos posseiros de Cachoeirinha?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Tomou.

CAROLINE: Ou se vocês foram solicitados informação ou algo assim, por parte dos órgãos de segurança. O que aconteceu?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Olha, um documento que existe, que eu já vi o documento, é da, originário da CPT. É uma cartilha da CPT que narra com muito detalhe sobre a questão da história de Cachoeirinha. Quando a FETAEMG começou a instituir os polos regionais...

CAROLINE: Sim, mas antes disso, lá no, até 72, para imaginar, houve alguma ação da FETAEMG voltada para Cachoeirinha? O senhor se recorda de algo?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, não recordo muito bem, não, mas eu tenho certeza que houve, e os detalhes está nessa cartilha.

CAROLINE: Uhum, sim, entendi. Está na cartilha da CPT. E em relação a outros conflitos, por exemplo, Governador Valadares, após 64, qual alguma situação lá de violência às vésperas do Golpe? Uma lacuna que a gente tem é para entender o contexto lá do Valadares depois do Golpe Militar, ali nos anos 60, 70...

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Olha, o quê que de relato que eu tomei conhecimento, né, é sobre a questão relacionada com Governador Valadares durante o Golpe Militar, ela está nesse livro do Joaquim de Poté.

CAROLINE: De Poté, uhum.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Ele narra com muito detalhe, né, a questão dele, foi levado de Poté, foi preso, foi detido em Poté, foi levado para Teófilo Otoni, foi levado para Valadares, ele narra isso com muito detalhe.

CAROLINE: Sim. E sobre Três Marias, o senhor conheceu algo?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Sobre?

CAROLINE: Três Marias, a situação de Três Marias.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, não me lembro, assim, de detalhes, não.

CAROLINE: Se não tiver não tem problema. Uhum, tudo bem. Então uma vez que o senhor já fez consideração sobre a atuação da FETAEMG, né, pelo que nós entendemos, tinha o âmbito jurídico, né, para ajudar a formação dos sindicatos, através de cinco advogados no quadro jurídico, por outro lado serviços básicos aos trabalhadores, para terem acesso a saúde e etc.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Certo.

CAROLINE: Certo. Tudo bem. Nós vamos continuar, então, a gravação, o depoimento em imagem, para o senhor relatar a situação na FETAEMG do qual o senhor foi destituído do cargo na diretoria.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Sim.

CAROLINE: Depoimento gravado no dia 18 de julho de 2017, continuando com o João Dalício. Por favor, continue o depoimento a partir da situação na FETAEMG, no qual o senhor foi destituído do cargo.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Eu fui pego de surpresa, porque esta carta, esse documento assinado pelo então delegado do trabalho, Onésimo Viana de Souza, ele data do dia 11 de abril de 1972. E eu, me deram conhecimento do documento somente no dia seguinte, 12 de abril de 72, e aí pediram mesmo assim, porque o delegado, a delegacia estava fazendo pressão para que eu desse ciência no documento. Quem estava com esse documento em mãos, né, o diretor, presidente, a assessoria geral, a FETAEMG, que era um dos advogados, não sei porque razão estava protelando. Aí pediram para mim dar ciência, eu dei ciência nessa carta de encaminhamento, e estava assinada pela então coordenadora.

CAROLINE: Chefe serviço de relações do trabalho.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Chefe do serviço de relações do trabalho. O nome até curioso, né, Eni Madeira de Lei Aroeira.

CAROLINE: E o que levou a esse documento? O Montalvão relatou que o senhor fez uma viagem, não é?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Foi sim...

CAROLINE: Nos conte então os dias anteriores a essa situação.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Eu não, como que em um documento, a única coisa que relata, que o delegado relata aqui, é considerando informações chegada ao conhecimento desta delegacia regional, posteriormente as eleições realizadas na federação dos trabalhadores na agricultura. Eu nunca tomei conhecimento que, do quê que se tratava essas informações chegadas ao conhecimento da delegacia.

CAROLINE: Não foi detalhado para o senhor em nenhum momento?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, eu não respondi a nenhum processo, eu não... Eu tive pressão, fui destituído, fui impedido de tomar posse, a posse estava marcada para o dia 15 de abril, que era um sábado à noite, aí eu fui convidado a não ir lá.

CAROLINE: Uhum.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: E outra pessoa tomou posse em meu lugar, conforme a cópia da ata que eu tenho, fornecida pela Federação, e, coincidentemente ou não, essa pessoa estava na condição de primeiro suplente da diretoria, os quadros da diretoria, presidente, secretário e tesoureiro, e pelo estatuto, se fosse, se não tomasse posse o presidente ou o secretário, o tesoureiro subia, no caso específico meu que não tomei posse, fui impedido de tomar posse por um ato do Ministério do Trabalho. O tesoureiro eleito subiu para o cargo de secretário, e o primeiro suplente ocupou a vaga de tesoureiro, pelos... Principalmente pelos acontecimentos que sucedeu à posse do tesoureiro e os seus atos, os atos da tesouraria dentro da Federação, a questão já estava toda armada, toda preparada. O quê que o André Montalvão relata, por exemplo, em relação a uma viagem, é que existe comentários, que eu não tenho nenhuma prova, talvez esses fatos que foram informado à delegacia do trabalho, com certeza lá, verdadeiramente falando, ou falso, teve uma coisa lá que pode ser em relação a uma viagem que eu fiz ao exterior.

CAROLINE: Qual viagem?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: No mês de outubro de 1971.

CAROLINE: O senhor fez essa viagem com qual propósito?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Essa viagem, eu tenho um documento da confederação nacional que... Convidando uma pessoa de Minas Gerais para participar de um seminário a ser realizado na Colômbia, do dia 1º a 30 de novembro de 1971. Tem também a cópia do telegrama resposta do primeiro, indicando o meu nome para representar a entidade.

CAROLINE: Então foi uma representação institucional? O senhor fez uma viagem...

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Uma representação institucional. Outra questão... Naquela época, bem pouco antes, o presidente, tinha havido um golpe militar na Colômbia, onde o presidente da Colômbia foi destituído, e esse presidente destituído, ele esteve na cerimônia de abertura do seminário que foi realizado no interior da Colômbia, em uma cidade chamada Fusagasugá, aproximadamente 100, 120 km de Bogotá. E esse, esse seminário tinha o patrocínio de um instituto americano que, denominado Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo livre, a sigla dele é IADESIL. Mas que de certa forma ele vinha apoiando determinadas atitudes políticas, não só no Golpe Militar do Brasil, como no golpe lá da Colômbia também, na época.

CAROLINE: Uhum. E esse seminário então era voltado para os dirigentes sindicais?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Foi voltado para os dirigentes sindicais, onde participaram representantes de vários países, que eu tenho a relação deles, dois da Argentina, dois da... Quatro da Bolívia, numericamente falando, aqui era uma exceção, dois do Brasil, dois da Colômbia, dois de Costa Rica, dois do Chile, dois do Equador, dois do El Salvador, dois de Guatemala, dois de Honduras e dois do México.

CAROLINE: Nós vamos fazer cópia desses documentos...

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Uhum. Aqui são os programas, cada folha dessa de uma semana.

CAROLINE: O tema de cada dia.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Os temas, e com a supervisão de um representante do IADESIL lá, constantemente.

CAROLINE: Ah, ele monitorava e coordenava cada uma dessas atividades da programação?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Acompanhava.

CAROLINE: Acompanhava os debates...

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Todas as atividades. Nós tínhamos que fazer relatório semanal, lá, para apresentar, tínhamos que fazer trabalhos. O representante, o segundo representante do Brasil, junto comigo, era indicado pela Federação do Estado dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, um cidadão que então era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto. Aí, depois que aconteceu a cassação dos meus direitos sindicais, eu estive, fui na casa dele, em São José do Rio Preto, na tentativa de constatar pessoalmente se houve alguma coisa com a pessoa dele, porque achava que poderia ser alguma coisa em relação de quem participou lá desse encontro, e, simplesmente, não foi constatado nenhuma novidade em relação a pessoa dele, estava lá como diretor do sindicato, como membro da diretoria, suplente da diretoria da Federação de São Paulo, seus direitos sindicais normalmente, sem...

CAROLINE: Então vamos falar da pessoa que o substituiu, quem o substituiu?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Quem me substituiu, na verdade quem me substituiu legalmente foi o Belmiro Vieira Braga, que era então eleito tesoureiro e subiu para a vaga de secretário.

CAROLINE: Uhum.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Agora, quem ficou com a vaga do Belmiro, tesoureiro...

CAROLINE: É alguém que não foi eleito?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Ele não foi eleito como efetivo, ele foi eleito como primeiro suplente. O nome dele era Alberto Vicente Pereira, mais conhecido como Alberto Moura, que era o nome de guerra da pessoa. Essa pessoa era ligada ao DOPS. Tinha, digamos, o trânsito livre lá. Essa pessoa

apresentou como prova do trabalho rural uma carteira profissional com o contrato de trabalho assinado por um fazendeiro do Município de Almenara, Vale do Baixo Jequitinhonha, mas qualquer leigo poderia identificá-lo, que tinha nada a ver com, o trabalho rural não tinha a ver com a figura.

CAROLINE: E o senhor sabe se ele ocupava algum cargo, seja na polícia ou nas forças armadas ou se veio a ocupar?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, não sei.

CAROLINE: Uhum, mas o senhor sabe que tinha um vínculo com o DOPS?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Tinha. Inclusive, tinha três membros no DOPS que tinha trânsito livre na FETAEMG.

CAROLINE: Porquê tinha esse trânsito livre na FETAEMG dessas pessoas do DOPS?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não sei. Os assuntos não eram tratados na minha área, enquanto eu trabalhava lá.

CAROLINE: Mas existia então essas pessoas do DOPS na FETAEMG?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Existia. Assim, nos meses que antecedeu a minha destituição, sabe? E essas pessoas, quer dizer, o trânsito lá era conhecido de N pessoas de dentro da entidade. A FETAEMG criou a primeira, a delegacia sindical regional em Almenara e... Essa pessoa que se tornou o tesoureiro da FETAEMG, antes disso, foi nomeado delegado regional da FETAEMG no Vale do Jequitinhonha, com a sede da delegacia funcionando em Almenara. E a FETAEMG montou um hospital e uma fábrica de móveis escolares, mais especificamente, carteiras escolares, no então distrito de Divisópolis, que depois se tornou o município emancipado de Almenara. E essas três pessoas tinham ligação lá com o fornecimento de madeiras, com... Movimento financeiro, sabe, relacionado com a FETAEMG, através desta atividade da FETAEMG no então distrito de Divisópolis.

CAROLINE: Havia outras delegacias sindicais regionais nesta época?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, a primeira foi, a primeira do Estado foi a de Almenara, a segunda foi a de Uberaba, a terceira de Montes Claros, depois foi expandindo e subdividindo a região de Minas Gerais, as regiões, chegando

ao número de 11 regionais fora de Belo Horizonte, mais a chamada regional de BH, 12

CAROLINE: E o senhor tem conhecimento do envolvimento do Onésimo Viana de Souza em atos, outros atos relacionados ao senhor ou em relacionados à FETAEMG, nas atividades da FETAEMG?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, em...

CAROLINE: Seja de intervenção, interferência ou...

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Na Ditadura Militar haviam vários sindicatos anteriores ao 1964 e somente dois deles conseguiram subsistir após 64, que foi o de Poté e o de Centralina. Alguns, principalmente vários na região de Valadares, alguns foram refundados, fundados novamente, e teve alguns que ficou, simplesmente, sumiu do mapa.

CAROLINE: Sumiu, o senhor se recorda de algum?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Dos que... É, o de Poté e o de Centralina, mesmo em Valadares, tinha sindicato e depois tiveram que refundar o sindicato de novo. Sobralia também fundou o sindicato de novo.

CAROLINE: E algum que não foi refundado, o senhor se recorda?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, não recordo, não.

CAROLINE: Sem problemas.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Enquanto eu trabalhava na FETAEMG eu tinha essas relações.

CAROLINE: E houve um motivo para o fechamento ou para a refundação desses sindicatos, no contexto pós-Golpe?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Olha, a refundação partiu, geralmente, assim, no sentido de, de... Semelhante aos demais que estavam sendo fundados, principalmente com a ajuda de igreja católica, de outras associações, mas o próprio sindicato de Poté mesmo influenciou outros, que foi um sindicato que, ponto de referência para Minas, né, os primeiros sindicatos. O de Centralina, eu, enquanto trabalhava na direção da FETAEMG, estive pessoalmente lá, sabe, para ajudar a resgatar documentos do sindicato, ajudar na formação da nova diretoria. Centralina é um município que está na divisa de Goiás, né, do

outro lado do Rio Paranaíba está Itumbiara, e eu cheguei a ir com pessoas de Centralina na área rural de Itumbiara para localizar o então presidente daquele sindicato, sabe, na época.

CAROLINE: Localizá-lo por quê? Aconteceu algo para ele ter se deslocado?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Para poder resgatar documentos, sabe, e reativar processo eleitoral para o sindicato. Tipo assim, a carta sindical do sindicato não foi levada, porque os sindicatos, na maioria dos casos, se tinha um sindicato que era fechado, eles recolhiam todos os documentos dos sindicatos, e aquilo não se conseguia mais.

CAROLINE: Ah, então no contexto pós-Golpe houve o fechamento do sindicato pelo Ministério do Trabalho, certo?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Aham.

CAROLINE: E eram recolhido os documentos que comprovavam a existência desse sindicato?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: A existência do sindicato. Teve também, assim, muitos dirigentes sindicais de sindicatos que foram destituídos também. E quando havia a destituição da diretoria ou de alguns diretores do sindicato, no caso de destituição de diretoria, aí era nomeada uma junta governativa, um presidente, secretário e tesoureiro, não eleito pelos trabalhadores, para administrar aquele sindicato até que se, o sindicato fizesse uma nova eleição, sob a tutela do Ministério do Trabalho, para poder dar aquela diretoria como legítima.

CAROLINE: E esta nomeação era feita pelo Ministério também?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: A nomeação era feita pelo Ministério. Costumava, às vezes, até solicitar à própria Federação que indicasse nomes, ou políticos de influência lá das regiões dos respectivos sindicatos.

CAROLINE: Mas ainda que houvesse a indicação, quem fazia a nomeação e decidia por quem...

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Quem decidia se nomeava ou não era a delegacia regional do Ministério do Trabalho em Minas Gerais, representando, falando em nome do Ministério do Trabalho.

CAROLINE: Entendi. Há alguma consideração a mais que o senhor gostaria de detalhar sobre o caso da sua destituição do cargo na FETAEMG? O senhor recebia uma remuneração deste cargo?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Recebia.

CAROLINE: E depois sem esta remuneração, o que aconteceu com o senhor?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: A coisa foi assim, muito rápida, né, porque foi uma coisa do dia 12 para o dia 15, então, eu tive que fazer uma opção por uma outra profissão. E a opção que eu fiz foi adquirir um táxi na época, eu tinha carteira de motorista com data de 1º de... 02 de janeiro de 1970, mas naquela época era carteira de motorista amador, existia a carteira de motorista amador e a profissional. Aí eu tive que me preparar para me habilitar como profissional, para exercer a função de taxista, eu adquiri um veículo, uma concessão, e a partir de junho, julho do mesmo ano de 72 eu comecei a trabalhar como taxista e exerci essa atividade até janeiro de 1980, em torno de sete anos e oito meses, nove meses, até que eu voltei a trabalhar na FETAEMG como empregado, porque em 1979 houve a decretação da anistia, da anistia em relação a Ditadura, e aos cassados, e eu encontrei o apoio nas pessoas do André Montalvão, que estava como diretor presidente da FETAEMG. Inicialmente ele ocupou a função de tesoureiro, depois presidente, e do então presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Piuí, que estava na direção da FETAEMG, a gente já se conhecia também de alguns anos, desde a fundação...

CAROLINE: E o senhor se recorda do nome dele?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Foge de vez em quando.

CAROLINE: Sem problemas, mas vocês se conheciam desde...

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Desde a fundação do sindicato de Piuí. E conhecia o André Montalvão desde a fundação do sindicato de Muzambinho, e através de vários cursos que o movimento sindical patrocinava, e reunia vários sindicatos, que eram poucos até então... E a gente tinha uma ligação forte de amizade, de respeito uns aos outros pelo trabalho...

CAROLINE: E o senhor encontrou alguma dificuldade após a destituição do seu emprego? O senhor não podia exercer qualquer atividade vinculada ao movimento sindical?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, não. Pelo artigo, se eu não me engano, 530, da CLT, eu não poderia exercer nenhuma atividade em entidade sindical. Por exemplo, se eu quisesse ser um porteiro, alguém, né, falar assim: “Cê pode, não pode cê vim ser porteiro aqui, para lavar o banheiro?”, pode não, entidade sindical era...

CAROLINE: Não havia qualquer vínculo com o sindical?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Nenhum vínculo com entidade sindical.

CAROLINE: Isso levou alguma dificuldade na sua vida?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Levou, porque eu era arrimo de família, meu pai havia falecido em 06 de dezembro de 1970, a minha família é composta de nove irmãos, tinha a mãe com graves problemas mentais. Quando o meu pai faleceu na condição de agricultor, não existia ainda a previdência rural, e quando ela chegou em 1972, ela não abrangia o direito de pensão para as viúvas, isso só veio a acontecer quase uma década depois. Então minha mãe, a família da minha mãe e dos irmãos, ficaram financeiramente sob a minha responsabilidade. Tudo que eles tinham era um barracão na área urbana, quando o meu pai adoeceu com o câncer no cérebro, e já foi descoberto em uma situação que nem a cirurgia, foi tentada, mas não foi nem concluída, fez com que ele, essa doença causou a cegueira dele rápido, muito rápida. Com seis meses depois de descoberto o câncer ele já estava completamente cego. Ele não conseguia, viveu só um ano e três meses depois que descobriu, e não conseguiu, não teve nem um período suficiente, eu suponho, para poder acostumar com a cegueira, porque se a gente tiver um tempo e acontecer, né, a gente se adapta.

CAROLINE: Então, com a perda do seu emprego, a sua família também ficou desamparada?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Ficou, ficou em uma situação muito crítica. Eu tive, e também, eu não morei na cidade antes de vir para Belo Horizonte. A

minha vida até, de 45, ano do meu nascimento, até 68 foi na área rural e na atividade na área rural, no caso da lavoura e a olaria.

CAROLINE: A sua identidade então é como trabalhador rural?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: É, aí eu vim, não mudei nem para Crucilândia, enquanto criança, e nem para cidade de Brumadinho, enquanto adolescente e a juventude. Vim direto da roça para a direção da FETAEMG. A FETAEMG, nessa época a gente tinha uma gratificação, na época, de três salários mínimos, e até hoje os diretor da FETAEMG recebe a título de gratificação, só que hoje os valores, né. Aliás, quando entrou o então tesoureiro, um dos primeiros atos foi o reajuste em torno de 400%, isso se for lá nos livros de ata antigos da Federação e na contabilidade, né, está lá.

CAROLINE: Então houve esse reajuste.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Transcrito. E também a gente tinha a moradia, então outro ponto complicador para mim foi a questão de não ter moradia. Eu residia em uma casa que é onde está situada a atual sede da FETAEMG, onde construíram aquela sede ali tinham duas casas, morava uma outra funcionária em uma e eu já estava casado e tinha o primeiro filho com um ano de idade, 11 meses para 12 meses de idade. E no interior eu não tinha mais o pai, não tinha mais o terreno onde a gente exercia as atividades, tanto de olaria como de lavoura, mas, como dizem, a porteira já estava fechada, aí Deus nos ajuda nessa hora.

CAROLINE: Uhum, certo.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Aí eu busquei a outra atividade, batalhei muito, fui pagar aluguel, inicialmente morei mais próximo aqui da área central, morei no bairro Nova Suíça de aluguel, depois o aluguel pesou, eu tive que ir para, para... Buscar uma maneira de adquirir a casa própria, eu fui para o Bairro São Benedito, Município de Santa Luzia, morei dois anos e meio aproximadamente, sem energia elétrica na casa, sem água encanada, aí... A gente venceu.

CAROLINE: Até que houve a anistia e o André Montalvão pode restitui-lo na FETAEMG.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Quando eu bati na porta da FETAEMG, literalmente, né, perguntando se por acaso eu poderia trabalhar com eles, eu estava, assim, disposto a topar qualquer coisa. Eu, da primeira, o nome do ex-presidente do sindicato é Ronan Rodrigues de Oliveira, lá de Piuí, lembrei.

CAROLINE: Ronan.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Ronan Rodrigues. Aí, eles, eu lembro que o Ronan falou assim: “Não, a gente...”, a Federação estava expandindo o quadro de funcionários através de alguns convênios e estava contratando. Eu passei a fazer parte do quadro de assessores sindicais, de vez em quando mudava o nome, tem uma época que foi chamado educadores sindicais, né. Então esse quadro chegou a ter 30, 30 pessoas distribuídas para o trabalho em Minas Gerais, e ofereceram uma oportunidade para mim ir trabalhar na área do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A Federação chegou a ter 30 funcionários nessa área, no serviço sindical, e 30 advogados para dar assistência interior. Principalmente no Norte de Minas, que através do convênio com a SUDEMOR.

CAROLINE: Mais alguma consideração sobre o que aconteceu com o senhor nessa situação? Para concluir o seu depoimento sobre essa situação, para a gente prosseguir.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Olha. Eu, de princípio, a minha teoria é de não ter nenhuma pretensão no sentido de indenizações, sabe, em razão disso, porque se eu tivesse certeza absoluta das pessoas e do que fizeram, do quê que foi preparado para chegar aonde chegou, e beneficiar, porque não foi uma pessoa que se beneficiou, foi dezenas, talvez centenas, porque essas atividades via delegacia regional da FETAEMG em Almenara, no Vale Jequitinhonha, ela usava muito a “troca de favores” em troca de madeira, retirava de propriedades de terceiros, em troca disso, por exemplo, aberturas de estradas com máquinas pesadas para a época, conseguidos através de um convênio com a secretaria de agricultura. E chegaram, inclusive, relatar que foi feito um aeroporto na fazenda de alguém lá através desses convênios, e estava ligado a essa serraria lá em Divisópolis.

CAROLINE: Que por sua vez estava ligada a delegacia...

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Estava ligada à delegacia, e isso tinha muito custo financeiro na FETAEMG, porque a FETAEMG, no período, nesse período de 70, de 1970 para 75 principalmente, 78, né, na época, inclusive, quando o André... Que o André teve também uma fase complicada, e aí é onde parte um dos pontos de maior admiração por ele, porque ele e o então... Ele e o então presidente da FETAEMG, que substituiu o senhor José Maurício, tiveram um impasse, assim, muito forte, ao ponto que, para fazer o saque dos recursos financeiros para movimentar a FETAEMG, tem que ter assinatura, qualquer entidade sindical, do presidente e do tesoureiro, nos documentos para saque. Aí chegou a um impasse, que o André, como tesoureiro, e o então presidente, não se entendiam em relação aos compromissos financeiros da FETAEMG e o destino do dinheiro gasto. Então chegou ao ponto, segundo relato deles e de vários, não só dos diretores como de funcionários, de não ter nem o açúcar e nem o pó de café para o cafezinho, porque os dois bateram pé, “se não fizer do jeito que eu quero, eu não assino”, o outro, “se você, nós não entrar no entendimento, eu também não assino”, e nem para comprar um selo de carta de correio.

CAROLINE: Uhum.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Imagina, né. Aí onde entrou a questão da posse, a posse da eleição que seria no dia 15 de abril, e era de três em três anos. Quando foi no ano de 75, a posse foi suspensa pela delegacia regional do trabalho, o atualmente mandato da diretoria da FETAEMG, daquela data para cá deixou de ser o 15 de abril, porque suspendeu a posse em abril, em maio não houve posse, se não me engano ela está agora em 13 de junho ou 13 de julho.

CAROLINE: Aí começou a contar a partir disso.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Contar a partir disso em função de outra intervenção do Ministério do Trabalho, mas para resolver um impasse, né, que surgiu na direção da FETAEMG.

CAROLINE: Uhum, entendi. Bom, então vamos prosseguir com a sua atuação como assessor na FETAEMG do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. O senhor

tem alguma consideração, alguma lembrança sobre conflitos naquela região, a atuação da FETAEMG lá?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Tenho. A região do Triângulo Mineiro, eu fui muito surpreendido lá em vários sentidos. Eu fui para lá em 1980, fui readmitido na FETAEMG no dia 1º de fevereiro de 1980, passei aí o mês de fevereiro, se não me engano um pedacinho do mês de março, e aí o André me encaminhou, foi comigo para me apresentar lá à equipe que já trabalhava lá no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a sede da delegacia regional no Triângulo, em Uberaba. Aí já catei a família, coloquei a minha mudança em um caminhão que vinha trazer carvão da região lá, à Itaúna, sentido ainda de economizar, né. A esposa e os dois filhos, aí já eram dois filhos, em vez de um. Em função da minha saída da FETAEMG e o falecimento do meu pai, outra questão do arrimo de família, eu e mais a minha esposa tivemos que fazer um entendimento que o segundo filho não poderia vir de imediato, então o meu primeiro filho e a segunda filha tem uma diferença de aproximadamente sete anos e meio. A gente, no Triângulo Mineiro... Se, por exemplo, a relação com a igreja, em vários momentos, foi muito positiva...

CAROLINE: O senhor gostaria de dar uma pausa?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, precisa não. Isso passa rápido.

CAROLINE: O senhor é muito forte.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Campina Verde foi o primeiro sindicato que eu visitei lá no Triângulo Mineiro, o André Montalvão estava comigo nessa viagem. Campina Verde tinha umas terras da igreja, mas a igreja não concordava de ceder essa terra para os trabalhadores, no futuro, depois essas terras vieram a ser objeto de ocupação e veio a ser um dos assentamentos de reforma agrária no Triângulo Mineiro.

CAROLINE: Qual era o papel da igreja nessa época?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Olha, o papel da igreja era muito, assim, não tinha um papel coerente entre as diversas dioceses, não, dependia muito da ideologia de cada diocese. A gente trabalhou, eu trabalhei muito ligado ao Arcebispo de Uberaba, Dom Benedito Ulhoa, que era membro da Conferência

Nacional dos Bispos, né, nós fundamos, ele ajudou a gente a fundar a comissão dos direitos humanos em Uberaba, eu participei representando a Federação, tinha membros de vários setores da sociedade representando, o Bispo de Uberlândia, na época, era um grande apoiador dos mais pobres. Aí, já, isso de diocese para diocese tinha diferença.

CAROLINE: Em que sentido?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: No sentido de apoiar os mais pobres ou apoiar a elite, ou então de fazer de conta que estava em outro. Então, isso de região para região mudava muito, porque nós tínhamos um encontro de avaliação dos trabalho dessas 30, dessas 30... Desse grupo de pessoas na área sindical, né, da assessoria sindical que chegou a 30 pessoas, mais ou menos a cada 60 a 90 dias, então nós passávamos dois dias de avaliação e de replanejamento de ações aqui em Belo Horizonte, todo o grupo, com a assessoria da FETAEMG, assessoria central aqui. Então a gente tomava conhecimentos de como que andava as coisas, onde que a igreja apoiava, onde que não apoiava. Aí, no Triângulo Mineiro, alguns pontos assim que eu acho que merecem referência, um outro ponto foi a reativação do sindicato, que como o de Brumadinho que fundou e ficou lá agonizando durante quase três anos para começar a funcionar, isso acontecia com outros sindicatos. O Iturama, eu fui para Iturama, fui lá pelo menos umas duas dezenas de vezes, teve vezes, assim, da gente ir em todos aqueles antigos distritos com uma turma que estava se preparando para refazer a direção do sindicato, para o sindicato realmente começar a funcionar. Então, ali também a gente teve fatos na chamada, você deve saber muito bem os detalhes da Fazenda Barreiro.

CAROLINE: Mas gostaria de ouvir do senhor.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: A Fazenda Barreiro, eu visitei aquela fazenda várias vezes, tem um cidadão lá que foi assassinado, morte, assassinato encomendado, conheci o cidadão que faleceu, conheci a família dele toda...

CAROLINE: O senhor se recorda o nome dele? Se não, vai contando, aí pode ser que você lembra.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Eu tenho anotado em algum lugar aqui, Juraci, o sobrenome eu estou...

CAROLINE: Eu vou olha a lista de mortos que a gente tem, pode ser que o senhor se recorde assim.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: É Juraci.

CAROLINE: Então você o conhecia e conheceu a família?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Conheci, conheci a família, ajudei fazer relatório, por sinal, não me lembro exatamente o ano, mas em uma sexta-feira da paixão a gente estava visitando as propriedades e fazendo levantamento junto com o então delegado, representante da Federação lá na região, que era de Ituiutaba, né. Ele deve ter, acho que ele tem áudios...

CAROLINE: Juraci José Alves.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Juraci José Alves. E conheci o filho dele...

CAROLINE: Fato ocorrido em 06 de novembro de 84.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Uhum.

CAROLINE: Certo. Você conheceu o filho dele...

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Conheci o filho dele que se transferiu para o Mato Grosso, e que não só comunicava com o sindicato por telefone, mas não falava com qualquer pessoa, enquanto lá no Mato Grosso.

CAROLINE: Ele teve que se deslocar por perseguição?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Receio, né, receio e por causa do plano que ele tinha em mente. No dia, eu e Senhor Juraci, ele foi assassinado, foi baleado na casa dele, né, onde eu conheci a família dele, estive no hospital junto com o advogado que trabalhava conosco na região. Em visita ao hospital onde ele ficou por mais de 24 horas antes de vir a falecer, e ele faleceu por volta de 23h00min aproximadamente, e no outro dia seguinte, por volta 08h00min a gente estava no sindicato e a esposa dele chegou com o filho mais velho, de nome Alvino, e eu não sabia, eu não sabia... Eu sabia do falecimento dele, mas como já havia decorrido de 23h00min até 08h00min, em torno de nove horas, eu achei que a família já sabia, aí sentado do lado dela assim e o filho dela para um lado o outro do outro, dentro do birozinho do sindicato. Eu disse para

ela, não me lembro o nome, falei: “Dona Fulana, e aí, o Senhor Juraci não teve jeito...”, aí ela falou assim: “Ele morreu?”

CAROLINE: Perguntou para o senhor?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: É.

CAROLINE: Perguntou para o senhor.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Aí a gente se entreolhou, entre eu e ela, o filho dela, né, aí a ficha do filho caiu, sabe, dela também, com certeza. E eu fiquei em uma situação muito embaraçosa. O filho dela falou assim: “Mãe, pode deixar que isso aí eu que vou resolver”, e mudou-se de Iturama.

CAROLINE: O mandante é o Ivan Ferreira?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, um tal de Isaú.

CAROLINE: Isaú? Esse Isaú tinha algum conflito com o Juraci?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Ele era o dono da fazenda onde o pessoal trabalhava em regime de parceria, e os advogados do sindicato da Federação.

CAROLINE: Isaú Rodrigues.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Isaú Rodrigues.

CAROLINE: O mandante e o executor Ivan Ferreira.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: É. Executor eu não tenho o nome, não. Aí a gente acompanhou tudo aquilo lá, sabe. A gente estava muito, na época, muita assistência ao sindicato confrontante no Município de Santa Vitória, né, e Santa Vitória para a região onde era a fazenda do Isaú era caminho. A empregada doméstica do Isaú foi que deu a dica para descobrir sobre a questão dele ser o mandante do crime, porque ela assistiu quando ele entregou um envelope pardo à pessoa no trevo que fica aproximadamente 1 km lá na estrada de Ituiutaba para São Simão, em Goiás, e que o trevinho de Santa Vitória. No depoimento dela, ela confessou que assistiu ele entregando um envelope pardo para uma determinada pessoa, que era o pagamento pelo assassinato.

CAROLINE: Então teve uma motivação política pelo conflito da terra.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Pelo conflito da terra. Porque a fazenda, as pessoas faziam um roçado, faziam uma lavoura, e o estatuto da terra, que é onde está a lei de reforma agrária, proíbe de que as parceria sejam inferior a

três anos, se ele mudava as pessoas de área desmatada, desbravada, porque lavoura no primeiro ano, ela não acontece ao mesmo grau de produtividade compatível com o segundo ou o terceiro, e aí ele fazia pastagem. Ele ia fazendo isso com os arrendatários, os parceiros da propriedade. Aí, através dos advogados do movimento sindical, exigindo que se cumprisse essa lei 4.214, não, 4.504. 4.214 é o estatuto do trabalhador rural. 4.504 que é o estatuto da terra.

CAROLINE: Entendi.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Aí gerou o impasse, e ele queria tirar todos os proprietários ali da fazenda, preferencialmente sem qualquer tipo de indenização. Depois aconteceu que o Isaú foi executado lá próximo da fazenda dele, com um tiro de cartucheira, com o cartucho preparado para fazer um estrago maior. Foi um amigo nosso, que era o representante da FETAEMG na região, esteve no sepultamento dele lá em Iturama, José Severino de Lima, que era de Ituiutaba, e o José Severino de Lima falou para a gente que a filha do Isaú falou como se estivesse falando para ele na hora do sepultamento: “Está vendo, pai, o senhor foi fazer tudo aquilo com as pessoas”, referindo o caso, principalmente, do Senhor Juraci.

CAROLINE: Mas de outras pessoas também?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: “E agora, olha aí o quê que aconteceu.” E pelo o que eu, até então, pelo o que eu sei, a polícia também sabia quem é que foi que fez isso com o mandante, mas também, tipo assim, para que tocar o caso para frente? Se “a justiça foi feita”. Aí, também ajudamos lá região a reerguer o sindicato de Campo Florido, né, que é onde também gerou área de assentamento de reforma agrária, no próprio Município de Uberaba também veio a acontecer assentamentos de reforma agrária. E são algumas assim, algumas coisas que o Triângulo me surpreendeu. Em Santa Vitória, a gente chegava lá para fazer reunião, chegava um cabo, esse pelo menos, e nesse período, né, pós, depois da anistia, ele gente chegava e se identificava: “Eu sou o Cabo Fulano de Tal”, fardado, tudo, “Eu estou aqui porque eu sou do setor de informação da Polícia Militar, e estou aqui para acompanhar a reunião

que vocês estão fazendo aqui e para fazer os relatos para os meus superiores”. Tive um impasse que me deixou em uma situação bastante... Suspense, né, balançando os, o lado psíquico da gente, porque em 1985 a Federação reivindicava a fiscalização do Ministério do Trabalho. Não sei se vocês sabem, mas o Ministério do Trabalho foi criado em 1935, em 1985 ele estava comemorando 50 décadas, meio século de existência, e nunca se tinha tido notícia, pelo menos em Minas Gerais, que o Ministério fiscalizasse uma só, uma só fazenda e autuasasse. Então começou a haver algumas autuações, algumas delas lá no Sul de Minas, lá na região lá próxima à terra do André, e um presidente do sindicato lá de Arceburgo foi ameaçado por causa de fiscalização, e o fiscal...

CAROLINE: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arceburgo. O Ministério do Trabalho alegava que não tinha carro para fiscalização, não tinha, e se a Federação oferecesse o carro, não tinha motorista e não tinha combustível, né. Então a Federação cedia veículo abastecido e mais motorista.

CAROLINE: Não tinha nem desculpa mais.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não tinha, é. Ainda tinha um outro porém, que era o recurso para pagar a diária dos fiscais, mas aí já, pelo amor de Deus, né, já não era mais obrigação do movimento sindical, o sindicato, Federação, aí seria o cúmulo do absurdo. Mais que o cúmulo, né, que o cúmulo já era pegar condução, botar à disposição motorista e combustível. Aí no Triângulo Mineiro eu fui na função de motorista, conduzindo o fiscal do Ministério do Trabalho, algumas vezes no Município de Santa Juliana, que está entre Araxá e Uberlândia. De uma outra vez, nós fomos com dois fiscais para a região de Ituiutaba, eu e um outro colega, ele com um fiscal e eu com o outro fiscal no veículo da Federação. Nós fomos para a cidade, para o Município de Capinópolis, fomos em uma lavoura, estava na época de colheita de algodão, fomos em uma lavoura de algodão de um cidadão japonês. A gente auxiliava o fiscal e o primeiro ato nosso foi pegar o nome das pessoas que estavam

colhendo algodão para depois conferir no escritório se eles tinham registro em carteira ou não. Nós pegamos o nome de cerca de 400 trabalhadores antes de dirigir para o escritório, eram mais, porque não pegamos o nome de todos, o fiscal falou assim: “Aqui já está bom, podemos ir para o escritório, senão a hora se adianta muito, né”. Aí fomos para o escritório, quando nós entramos no escritório e ele estava lá consultando um serviço da escrita contábil para pegar os dados que interessava, e eu lá do lado dele também. O pessoal, os fazendeiros comunicaram entre eles, retiraram os trabalhadores das propriedades, levaram os trabalhadores para dentro da cidade como massa de manobra, encheram a cidade com as máquinas agrícolas, os tratores e tal, e a gente estava ali por horas, algumas horas já dentro do escritório, até que adentrou dentro do escritório um tenente com mais alguns policiais, uns dois ou três policiais, para conversar com o fiscal. Quando o tenente conversou, que ele fez isso aqui com as mãos, eu vi o meu nome escrito na mão do tenente, aí meu coração balançou, pensei: “O quê que pode ser isso, meu nome não é comum, eu não achei esse nome aí, João Dalício, em lugar nenhum, outro sabe”. Aí, ainda bem que não era nada do que eu estava pensando, não, sabe. Ele tinha ido ao sindicato, o presidente do sindicato não sabia o nome do fiscal, mas sabia o meu nome, tinha conhecimento da fiscalização lá no Município, aí deu o nome. Aí ele estava ali para nos recomendar que deixasse a cidade, porque a gente estava correndo o risco de sair na rua e ser linchado. Não era uma coisa, mas era outra, não era nada da polícia contra mim, mas era no sentido de nos prevenir de...

CAROLINE: A mobilização dos fazendeiros.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Um possível acidente.

CAROLINE: Entendi.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Aí o fiscal era uma pessoa, no meu entendimento, muito comprometida, e o intuito da fiscalização era, não era só Capinópolis. Aí o quê que ele sugeriu? Vamos pegar a estradinha que tem de atalho, por dentro, né, a estradinha vicinal, e vamos para Canápolis, e o outro fiscal em Uberlândia, no Município de Uberlândia. Aí os fiscais não se

comunicavam, não tinha celular na época, aí fomos para Canápolis, vamos para Canápolis, fomos em uma fazenda, tinha somente uma pessoa, duas, trabalhando na colheita de feijão, autuou aquele fazendeiro, foi para o sindicato para concluir a questão da autuação. Quando foi, quando foi... Nós retornamos para Ituiutaba, que é onde estava hospedado nós e os fiscais, encontrou o outro fiscal, isso já era lá por volta de 10, 11 horas da noite.

CAROLINE: Foi para Uberlândia?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Da noite. Aí nós fomos, existia uma determinação do Ministério do Trabalho de Brasília para os fiscais se recolherem à sede da delegacia regional de origem deles, que era a delegacia regional de Uberlândia.

CAROLINE: Então houve uma intervenção novamente do Ministério do Trabalho.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Aí falaram que, depois aquela fiscalização iria ser retomada. Aí eu fiquei na FETAEMG trabalhando mais alguns anos, e de lá até hoje não soube de nenhuma retomada dessa fiscalização, ficou por aquilo.

CAROLINE: Eu vou pausar a gravação do depoimento, mas a gente já faz o retorno.

CAROLINE: Bom, eu vou pausar a gravação do depoimento, a gente já faz o retorno.

CAROLINE: Continuação do depoimento do João Dalício, com **CAROLINE** Cunha Rodrigues. João Dalício, você comentou então, que quando você foi impedido de tomar posse na FETAEMG, você também ocupava cargo no sindicato de Brumadinho, né?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Exato, eu era diretor secretário, por coincidência na mesma função, lá no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brumadinho. Brumadinho fica 50, 55 km aqui de BH, e era onde eu tinha domicílio, né, então dava para conciliar as duas coisas. Na verdade, lá eu era, assim, tipo, secretário também com uma função de presidente, pelo estatuto do movimento sindical o secretário era o vice-presidente, e o presidente lá não tinha disponibilidade de atuação, aí eu ficava fazendo...

CAROLINE: As funções, né?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: As funções.

CAROLINE: Então o senhor foi retirado da sua posição também do sindicato de Brumadinho?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Também. E eu fazia parte, na época, da chapa da confederação nacional dos trabalhadores na agricultura, na condição de terceiro suplente do conselho fiscal. Então, a possibilidade de eu me tornar efetivo era muito remota, e infelizmente, um dos membros do conselho fiscal faleceu num acidente de veículo, aí o primeiro suplente subiu para efetiva do conselho fiscal, aí ainda ficaram uma pessoa como segundo suplente, no caso, a minha pessoa, como primeiro e eu como segundo.

CAROLINE: Segundo substituto, caso viesse a ter...

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Agora nessa questão da CONTAG, o ato de cassação não mencionou não.

CAROLINE: Uhum.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Porque no ato de cassação do Ministério do Trabalho aqui mencionou, não tomar posse, anular a minha eleição, não tomar posse na FETAEMG, e anular, e me cassar como diretor, suspendeu o meu mandato no sindicato dos trabalhadores rurais de Brumadinho.

CAROLINE: Mas como o senhor teve os seus direitos sindicais, né, suspensos, então o senhor perdeu também a posição na CONTAG?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: É.

CAROLINE: Como suplente, automaticamente.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Como dizer, examinado a fundo, principalmente sob o olhar jurídico, com certeza, né?

CAROLINE: Entendi. Então a gente vai prosseguir com o depoimento sobre o triângulo mineiro, né?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Sim.

CAROLINE: O senhor (trecho incompreensível) fiscalização do Ministério do Trabalho, né?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Sim.

CAROLINE: Que não ocorria, e quando se tentou fazer, através de pressão da FETAEMG, houve uma ordem para que os fiscais recolhessem a delegacia de Uberaba.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Exato. É de Uberlândia.

CAROLINE: De Uberlândia, desculpa. Que impediu o prosseguimento da fiscalização, que desde então...

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: E se nesse pacto, a fiscalização, ela estava ocorrendo quase que simultaneamente no sul de Minas e no triângulo. Então, naquilo ali deu uma parada.

CAROLINE: (Trecho incompreensível) de denúncia de trabalho escravo, por exemplo?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Olha, sobre a questão de trabalho escravo, eu participei uma vez de averiguação de uma denúncia no município de Patrocínio, onde havia, na verdade, eu participei de duas, uma no município de Patrocínio e outra no município de Ibiraci, está mais na divisa, perto de Franca.

CAROLINE: Entendi.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Em Patrocínio, era um caso, assim, mais, envolvia menos pessoas, que estava vindo de outras regiões, se não me engano, norte de Minas, vale do Jequitinhonha, uma coisa vai puxando a outra, eu estou lembrando de três. E aí, averiguação lá é que os trabalhadores estavam reclamando, que não estava se cumprindo o trato que havia sido feito, porque essa questão de trazer migrantes de outras regiões, usava a figura do gato, que era aquele agenciador que, em nome do futuro empregador, ia na localidade agenciando as pessoas para irem para o trabalho, fazia as propostas, na maioria dos casos bem a mais, e levava as pessoas, depois na realidade não batia com aquilo que era prometido. Então, nesse caso de Patrocínio, o sindicato solicitou apoio das pessoas da FETAEMG, com sede em Uberaba, aí eu fui nesse, ao sindicato, e junto com a Doutora Ismene Mendes, era advogada do sindicato, nós fomos até a propriedade, e ali nesse caso específico foi feito um acerto, e as pessoas, com a homologação do sindicato, e as pessoas foram reintegradas às suas regiões.

CAROLINE: E sobre a Ismene, qual foi o contato do senhor com ela?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Olha, a Ismene tinha muita amizade com alguns membros da diretoria da FETAEMG, uma amizade muito forte existia entre ela e o então presidente da FETAEMG, o André Montalvão. Então, em razão disso, ela era uma pessoa que se disponibilizava muito a trabalhar nessa área, com os trabalhadores rurais, e ela auxiliava muito os trabalhos, principalmente na área jurídica. Na região, principalmente, do triângulo mineiro, ela é de Patrocínio, à alto Paranaíba, mas está, tem ligação ali com o triângulo ali está próxima. Eu me lembro, por exemplo, de muitos eventos, ela estava junto, acompanhava o pessoal nos eventos regionais que tinha na sede da FETAEMG em Uberaba. Eu me lembro de um acidente onde houve.

CAROLINE: Ituiutaba?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Se não me falha a memória, em torno de 18 vítimas em Ituiutaba, de um caminhão que transportava trabalhadores rurais, ele desgovernou numa barragem de uma lagoa, e era uma gaiola cheia de trabalhadores, e os trabalhadores vieram a óbito em função de não conseguir sair daquela gaiola, que o caminhão ficou submerso, cheio de trabalhadores submerso na água. E eu lembro que nesse evento que não era uma questão jurídica, propriamente dita, mas ela esteve no local também, eu estive lá no local também, inclusive, retiramos aqueles, uns corpos, assistindo retirar de dentro da água, onde as pessoas tinha uma posição, a lembrança não é legal, que de...

CAROLINE: Tentar sair.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Tentar sair, como se tivesse falecido de costas, agachado, com as pernas encolhidas e os braços também encolhidos, né? Depois o velório daquilo no ginásio poliesportivo, aquela coisa. Que eram colhedores de algodão. A Ismene estava presente nesse momento também.

CAROLINE: E ela ajudou, né, em relação a levar isso para a justiça?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Ajudou. Foi uma época que a federação tinha uma equipe de advogados, assim, de gente que ia a luta mesmo, não era aquele advogado de atuar só nos fóruns não, de forma alguma.

CAROLINE: Então, a Ismene, ela advogava também para a FETAEMG em casos naquela região?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: É, não era uma coisa, ela não tinha vínculo, assim, empregatício, com a FETAEMG, mas a FETAEMG fazia uma compensação, digamos, parcial.

CAROLINE: Uhum, simbólica.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Simbólica. Ela deslocava no carro dela, a FETAEMG custeava o combustível, coisas assim, sabe. Ela era muito dedicada e ajudava muito nessa área, porque a extensão lá do polo de regional do triângulo e alto Paranaíba, eram 72 municípios na região. E antes da emancipação de vários outros, só em Iturama, se não me engano, foram cinco municípios emancipados.

CAROLINE: E a Ismene, ela continuou advogar até o ano de sua morte também para a FETAEMG?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Esporadicamente sim.

CAROLINE: Ajudava.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Ajudava.

CAROLINE: Mas ela já trabalhava na cooperativa de café?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: É, ela deixou o sindicato, né, aí os detalhes, assim, sobre a função dela junto a cooperativa eu não sei nenhum detalhe.

CAROLINE: Entendi. Mas continuou a ter uma atuação?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Continuou a ter uma ligação porque o pai dela foi um dos pioneiros no sindicato de Patrocínio, né? O sindicato de Patrocínio, durante décadas e décadas foi uma referência de sindicato, assim, comprometido em Minas Gerais, e muitas pessoas passaram por ali prestando serviços de alta relevância inclusive o pai dela. A direção da delegacia regional de Uberaba, era periodicamente, era feita através de uma lista tríplice, que era apresentada para a diretoria através dos dirigentes do sindicato da região, o pai dela foi incluído em uma dessas listas e foi indicado, mas ele por questões pessoais, ele não quis.

CAROLINE: Não assumiu?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Ele assumiu, mas assim, poucas semanas depois ele devolveu o cargo, sabe, não encaixou, assim, dentro do perfil que ele imaginava.

CAROLINE: E o senhor esteve no velório da Ismene?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Estive. Eu fui, pediram que eu fosse lá no velório, junto com o então tesoureiro da FETAEMG na época, eu estive no velório e assisti o sepultamento dela.

CAROLINE: Mais alguma consideração que o senhor gostaria de falar sobre a Ismene?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, acho que nada além disso, assim, com maior significância.

CAROLINE: Sobre o triângulo mineiro, o senhor se recorda de outras situações ou casos? Nós temos uma lista de mortos no triângulo mineiro, que... Vou abrir aqui para o senhor. Que abrange alguns nomes, cinco nomes na verdade, não sei se para a sua experiência corresponde ao quadro de mortos no triângulo mineiro e alto Paranaíba. Mas nós temos o registro somente de cinco, que seria Durval Ventura de Souza.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Conheci.

CAROLINE: Conheceu?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Conheci, é o ex presidente, foi presidente do sindicato dos trabalhadores rurais.

CAROLINE: (trecho incompreensível) Frutal?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Frutal. Não, não conheci não. Foi na época que eu fui para lá em 1980, mas eu não cheguei a conhecê-lo não.

CAROLINE: Mas o senhor soube desse assassinato?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Soube, estava muito recente, sabe. Nós tínhamos um outro Durval, colega também, que era advogado da FETAEMG, que tinha muito contato lá com Frutal, dava assistência jurídica lá, o caso estava muito recente. Eu lembro quantas pessoas foram no julgamento das pessoas que estavam envolvidas nesse crime, sabe.

CAROLINE: Que seria o Paulo Mateus o executor.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, aí eu não sei não.

CAROLINE: (trecho incompreensível), não se recorda. Tudo bem. O Juraci, que o senhor já fez o relato, né, do que aconteceu.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Exato, é de Iturama.

CAROLINE: O Aurelino Manoel dos Santos.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, não tenho lembrança.

CAROLINE: Monte Alegre de Minas. Luizão de Monte Alegre de Minas também.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não, eu tive ligação com o sindicato de Monte Alegre, fazia parte da área que nós dávamos assistência, mas não sei detalhes a respeito.

CAROLINE: Tudo bem. E Rubens Gabriel dos Santos.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Também não.

CAROLINE: Certo. E houve outros casos que o senhor tem conhecimento?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Olha, teve um caso de, no município de Água Comprida, na fazenda conhecida como fazenda das melancias, e que eu não lembro o nome da pessoa que, no caso foi um suicídio, mas que essa pessoa estava se sentindo injustiçada por causa de regime de parceria, onde o proprietário da fazenda causou muito prejuízo a essa família. E eu fiquei sabendo que essa pessoa, inclusive, tinha comprado uma arma de fogo com a intenção de assassinar esse fazendeiro, mas depois o que aconteceu foi que essa pessoa se suicidou com essa própria arma que adquiriu com outra finalidade. Nesse caso, inclusive, eu fui arrolado como testemunha no fórum sobre o caso, mas o quê que eu pensava poder ter a oportunidade de relatar dessa questão da intenção do assassinato e depois isso se transformar num suicídio. Na questão do meu depoimento lá não me deram essa oportunidade.

CAROLINE: Não te deram, porquê?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não sei, simplesmente, sentei lá, pediram a minha identificação e coisa e depois me, simplesmente me descartou como testemunha.

CAROLINE: Então, não foi abordada.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não.

CAROLINE: O motivo por trás desse suicídio, a questão do conflito?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não. E essa pessoa, tinha um caráter, assim, aparentemente, bastante violento, porque nós tivemos na propriedade dele, eu e o então presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Água Comprida, estava no horário de almoço dos peões da fazenda, e as pessoas estavam em um porão cujo o acesso era pelos fundos da propriedade, e o fazendeiro não morava lá não, ele morava em Uberaba, mas por acaso, nesse dia ele estava na fazenda. Aí a pessoa, eu falei, não, nós temos que chamar pela porta da frente, aquela questão da gente manter os princípios da ética e tal. Falou, não, vamos judiar aqui, a turma é toda minha conhecida e tal. Aí no momento que a gente estava conversando com os peões da fazenda, o fazendeiro chegou aos gritos, e tinha uma escada assim, uma rampa, um lance de escada de aproximadamente uns 15 degraus, ele estava, subiu na frente e ficou de pé lá em cima, um senhor, fisicamente muito mais forte do que eu, quando eu faltava uns três degraus para alcançar o final da escada ele me pegou pela mão assim, e simplesmente me arrastou pelos últimos degraus da escada, sabe. Eu senti naquilo uma ameaça.

CAROLINE: O senhor foi agredido.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não agressão, mas aí isso aconteceu antes do fato desse cidadão se suicidar, sabe. Então, me pareceu que era uma pessoa não muito equilibrada.

CAROLINE: O fazendeiro, no caso. Tudo bem. E depois no triângulo mineiro, se o senhor não tiver nenhuma observação mais sobre, se o senhor percebeu daquela época lá na região.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: É, eu estava falando a respeito, da questão do regime escravo, né, porque a nossa área de abrangência do polo regional de Uberaba, ela ia até na divisa com São Paulo, tanto na extensão do Rio Paranaíba como do Rio Grande. E na extensão ali do Rio Grande, na região próxima de Franca, tinha os municípios de Claraval, Ibiraci, Delfinópolis. Em Ibiraci nós constatamos um grupo de trabalhadores trazidos também do vale do

Jequitinhonha, que estava dormindo em uns ranchos improvisados no meio do mato, como se fosse beliche, né, mas numa cama que no meio rural a gente conhecia como jirau, que era formada de madeira rústica e as madeiras atravessadas em vez de ser um estrado de cama, madeiras roliças, e forradas de capim. Então, ali também foi um caso, assim, semelhante ao de Patrocínio na questão da escravidão branca, onde não se cumpria o que era tratado, não tinha alojamentos convenientes, isso, só que era em maior proporção em número de pessoas. Enquanto em Patrocínio era uma coisa dentro de cinco, oito pessoas no caso relatado, esse caso de Ibiraci era coisa de aproximadamente umas 30 pessoas. E também houve um outro caso, também considerado escravidão branca e alojamentos irregulares no município de Conquista de Minas, onde uma usina, chamada usina Mendonça, e também foi um caso de pessoas trazidas da região do Alto Jequitinhonha, Minas Novas, Novo Cruzeiro, aquela região um pouco para baixo de Diamantina. E também nesse caso lá o presidente do sindicato, na época a usina era tida, assim, como uma, era a grande empregadora do município e da região, que ela trabalhava com muitos trabalhadores de Uberaba também, então, lá também foi uma questão semelhante e houve um fato, inclusive, de adulteração de data de nascimento de menor de idade para efeito de qualificá-lo como maior de 18 anos para ser emitido uma carteira profissional. Só que a carteira profissional estava, literalmente, na gaveta da empresa, não estava assinada. E quando a gente visitou esse local, inclusive com o presidente do sindicato, um senhor na época de bastante idade, e mais um advogado da federação, que inclusive trabalhou em parceria com a Ismene muitas vezes. Esse menor de idade, nós fomos “convidados” com uma certa violência verbal, a retirar dali, e a estrada fazia uma curva onde o pessoal estava alojado, aí o garoto de 16 anos atravessou o cafezal correndo pedindo que a gente levasse ele junto com a gente, porque ele não queria ficar naquela situação, e era o tal que foi, a idade dele foi adulterada, não o dia do nascimento e nem o mês, mas simplesmente jogou dois anos para trás na data de nascimento dele. Foi emitida uma certidão.

CAROLINE: E a FETAEMG, então encaminhava, tentava olhar e averiguar a situação, né. E encaminhava essas denúncias para os órgãos públicos, para o Ministério do Trabalho ou a delegacia?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Encaminhava. Esse fato, a gente atuava em alguns casos junto com pessoas da CPT. Tinha, por exemplo, em Monte Carmelo, no Alto Paranaíba, perto de Patrocínio, tinha, foi fundado o sindicato dos trabalhadores rurais de Monte Carmelo nessa época, com o apoio do pessoal da CPT. Tinha o pessoal de Monte Carmelo, tinha um convênio com duas freiras italianas que elas ficaram, se não me engano, em torno de dois anos em Monte Carmelo, ajudou a montar equipe para fazer esse trabalho. Então tinham essas parcerias, quando na época foi fundado o sindicato de Monte Carmelo, e também depois, o prazo delas, do convênio para trabalhar em Monte Carmelo venceu, elas transferiram-se para Uberaba, e a gente continuou trabalhando, inclusive. Com o pessoal também da Pastoral da Terra de Uberaba.

CAROLINE: E, uma vez encaminhada essas denúncias, havia alguma providência tomada pelos órgãos de governo? Ou vocês sofreram alguma punição?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Olha, (trecho incompreensível) levava as denúncias, inclusive para a imprensa, havia algumas providências, mas a maioria dos casos acabava, nesses casos, por exemplo, de trabalho escravo, considerado trabalho escravo, o acerto com a assistência do sindicato e a homologação, e levando essas pessoas para as respectivas regiões. No caso, a autoridade exigia, inclusive, que a empresa assumisse os custos de transporte desse pessoal em condições dignas, né, ônibus adequado para época, e recolocasse lá nas devidas regiões. Mas nesses eventos também, assim, a partir de 1980, 80, 82, foram eclodidas diversas greves na região, principalmente, no setor da cana. A assistência nossa abrangia vários municípios, como eu disse, próxima de São Paulo, inclusive Passos. Uma das greves, assim, que causou...

CAROLINE: A greve de Passos?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: A greve de Passos, né. Então, depois da greve de Passos, teve a greve nessa usina Mendonça em Conquista, que abrangeu Conquista, Uberaba, onde hoje é o município de Delta, que está entre Uberaba e Conquista, Sacramento. Então balançou. E aí começaram a surgir os acordos, as convenções coletivas de trabalho, isso foi um ponto de partida para realmente modificar totalmente as relações de trabalho, principalmente na área de cana, isso estendeu os acordos coletivos, principalmente para o Alto Paranaíba, Araguari. Araguari também teve uma greve, uma greve lá, assim, que balançou, a assembleia do pessoal foi feita no estádio municipal de futebol.

CAROLINE: Dada a quantidade de pessoas.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Não trouxe aqui, mas eu tenho fotos em casa, assim, onde há policial armado lá, sabe, literalmente, até os dentes, vigiando, monitorando aquela assembleia. Os fazendeiros em Araguari radicalizaram e não fizeram o acordo, não toparam fazer a convenção coletiva, mas aos poucos as coisas foram mudando. Depois, onde conseguiu bons avanços, primeiro o acordo coletivo na área de café com o setor patronal, onde os trabalhadores conseguiram receber direitos proporcionais de aviso prévio, de férias e de 13º foi em Carmo do Paranaíba. E depois com o trabalho...

CAROLINE: Isso, mais ou menos quando?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: 84, 85. Outra greve também, que foi numa cidade pequena, chama Fronteira, está na linha que liga Goiânia a São Paulo, na direção de São José do Rio Preto, aí fronteira está bem, atravessa a ponte e já está no estado de São Paulo, por isso o nome de Fronteira. Também foi uma greve, assim, histórica, e conseguiu-se um acordo coletivo na época, que ele refletiu até no nosso salário, como funcionários da FETAEMG, porque o percentual que conseguisse num acordo coletivo, por questão, espécie de regimento interno da FETAEMG, ele era aplicado também ao nosso acordo coletivo com a nossa empregadora, no caso a FETAEMG.

CAROLINE: Pela atuação de vocês, muita mobilização. E o senhor se recorda de outras situações, que envolva o senhor, outras pessoas, na qual houve

ameaças ou violência policial, ligadas a fazendeiros ou proprietários de usinas. O senhor se recorda de alguma atuação?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Olha, se a gente escrafunchar a memória acha alguma coisa, sabe. Mas tem que ser alguma coisa que tenha alguma relevância, algum motivo de ser mais, né? Especial. Infelizmente, às vezes, no sentido negativo.

CAROLINE: Mas, vamos dizer assim, na atuação na FETAEMG, era recorrente o senhor se sentir ameaçado ou monitorado?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: A questão de ser monitorado, era uma coisa mais sutil, agora a região do triângulo mineiro, eu não me imaginava dois fatos. Primeiro, não imaginava que ela fosse tão, a região fosse tão violenta. Segundo, não imaginava que ali conseguisse os trabalhadores e os movimentos, que não é só o sindical, que me mexe com a questão da terra, tem vários movimentos, inclusive, Minas Gerais é cheio, assim, muitos assentamentos, muitos movimentos coordenado pelo sindicato, outros por outras instituições. Mas não imaginava que eu conseguisse avançar no triângulo mineiro, e avançou. Por exemplo, na região de, não, no município de Santa Vitória teve um episódio em que eu cheguei com o então diretor do polo de Uberaba, e a gente deparou com três pessoas discutindo dentro do sindicato, uma salinha pequena, um presidente semianalfabeto na época, conseguiu aprender escrever o nome através do antigo Mobral, que não é do seu tempo. Aí estava havendo uma discussão, eu entrei primeiro porque o meu colega, me adentrei a porta, e no *birozinho* onde estava o presidente do sindicato discutindo com o filho do fazendeiro, que já era uma pessoa de mais idade que estava presente, e os dois já estavam a ponto de agredir fisicamente um ao outro, né. Me deu uma intuição naquele momento, eu, simplesmente, coloquei as duas mãos, uma no peito de cada um e pedi paz, depois eu vim a saber que o presidente estava sentado do lado da gaveta da mesinha, e que o revólver estava dentro da gaveta, e que o filho do fazendeiro também estava com um revólver na cintura. Com coisa assim que poderia ter acontecido uma tragédia e a gente poderia...

CAROLINE: Nas tensões entre o sindicato e os fazendeiros, né, entendi.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Ali, Santa Vitória era uma coisa incrível, lá também teve uma ocupação de terra em uma região próxima de São Simão, em que foi uma época que tinha pessoas assim, trabalhando naquela área, assim, que estava totalmente monitorada. O pessoal falava assim, ninguém precisa ter cisma não, porque até o número do chassi do carro que a pessoa anda já está na mão dos...

CAROLINE: E, João Dalício, depois do triângulo mineiro você atuou onde, até 88?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Em 80 eu atuei no triângulo mineiro, de março de 80, né, até 85, depois a gente fazia um intercâmbio de atividade com outras regiões, e a diretoria da federação me convidou para fazer um trabalho de visita as usinas para tentar reverter a questão do recolhimento da contribuição sindical e o apropriamento e débito daqueles valores sem efetuar os recolhimentos bancários. Eu estou confundindo um pouco as datas, a questão foi um pouco mais posterior. Depois eu fui convidado para vir para trabalhar na sede em Belo Horizonte.

CAROLINE: Ah sim.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: No ano de 1986 eu estava trabalhando em Belo Horizonte, foi a época que, o plano cruzado foi em?

CAROLINE: Mas aqui, João Dalício, você atuou também por alguns meses lá no norte de Minas, né?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Atuei, posteriormente.

CAROLINE: Posteriormente.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Foi quando eu vim atuar em Belo Horizonte, eu vim atuar na assessoria dos assalariados, em função dessas greves, acordos coletivos e tal.

CAROLINE: Que estava explodindo a demanda.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Estava explodindo. Então teve uma greve também, que marcou, principalmente, a mim, que foi a greve que envolveu os municípios, com a usina de Visconde do Rio Branco, que envolveu o município

de Visconde do Rio Branco, de Ubá, de Lindoval, de São Geraldo, toda aquela região. O pessoal viviam em função de arrendar as propriedades para usina de Rio Branco plantar, produzir açúcar e álcool.

CAROLINE: Entendi. Bom, e o senhor gostaria de destacar outras situações ou fazer alguma consideração sobre essa atuação depois do triângulo mineiro? Para a gente tentar fechar o depoimento, algo que eu não perguntei, talvez.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Eu tive essa fase na federação, mas depois, depois que o André Montalvão foi assumir um cargo na confederação nacional dos trabalhadores da agricultura, isso aí é uma coisa, assim, mais pessoal, então eu não tenho, assim, interesse de entrar muito em detalhes não, mas eu fiquei muito, assim, desapontado com um dos novos rumos administrativos da federação, e pedi para ser liberado.

CAROLINE: Entendi.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Isso aconteceu em junho ou julho de 86.

CAROLINE: E o senhor, como um dos fundadores da FETAEMG, estava desde o início da FETAEMG, como o senhor avalia a mudança que o Montalvão trouxe? No caso, para a luta pela terra, atuação da FETAEMG junto a essa demanda, (trecho incompreensível) trabalhadores rurais?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Nossa, eu avalio, assim, como uma coisa extremamente positiva, porque a mudança que veio com o André Montalvão, ela veio também de um congresso, o terceiro congresso nacional dos trabalhadores rurais, que foi, que aconteceu em 1979, e que esse congresso foi assim, tido como um ponto de referência para os trabalhadores, movimento sindical, mudar de rumo. E só que com a eleição da diretoria da FETAEMG, para o período de 75/78, o presidente era João Batista de Souza.

CAROLINE: Sim, o Montalvão explicou sobre essa transição, (trecho incompreensível), ele explicou a conjuntura.

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Então, essa pessoa aqui, ela não conseguia conduzir os seus passos com a sua própria cabeça, e aí criou um impasse muito grande, porque o João Batista era o presidente e o André Montalvão era o tesoureiro. E criou um impasse, e eu admirei, admirei até em mil razões, para

poder admirar o André, mas esse aqui foi um dos pontos-chaves para mudar os rumos da FETAEMG. A FETAEMG passou a evoluir, embora de princípio, quem assumiu a presidência foi o, então vice-presidente, Siciliano Gonçalves de Matos, mas depois no decorrer do tempo aqui. Depois em 78, então, o André foi eleito presidente da FETAEMG. E aquela pessoa é uma pessoa muito inteligente, muito comprometida com as causas populares, e nesse caso, por exemplo, ele me falou que quando ele comunicou ao delegado regional do trabalho, que estava me contratando como funcionário, e o delegado teria falado para ele, com tanta gente boa por aí, porque que você precisa colocar alguém que já foi destituído, deu lá, com certeza, alguns adjetivos em relação a minha pessoa. Agora teve uma vez que o delegado do trabalho, eu fui, eu ia a delegacia várias vezes em função do meu cargo na FETAEMG como membro da diretoria, né, no período. A vez que o tal de, o representante da CONTAG na área da arrecadação sindical foi lá comigo, aí ele nem nos recebeu na sala dele, ele foi sentar com a gente no sofá lá da sala de recepção. Essa foi a vez que ele me tratou assim como se eu fosse gente grande, que eu estava junto com uma pessoa de alta patente do exército.

CAROLINE: E recebeu? Entendi. Em relação ao Onésimo Viana, né?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Em relação ao Onésimo Viana. O assessor da CONTAG, que era um advogado por nome Murilo Conceição Barbosa da Silva, uma vez, e também ele me falou assim, em relação ao Onésimo Viana, não, teria falado assim, se quiser nós tiramos o rapazinho de lá, porque tinha algumas coisas que eu contestava lá na FETAEMG. Por exemplo, quando a federação, quando o Funrural tinha um convênio para atender os trabalhadores rurais a nível regional, era o principal convênio em Minas Gerais com o Hospital São Francisco de Assis, a Santa Casa na época um convênio tendo nos custos similares, oferecendo cinco, seis, oito vezes o maior número de leito disponíveis, e não tinha interesse de transferir. Depois que eu fui destituído, não sei a razão, mas aí, aquilo que era o sonho, que era melhorar as condições de atendimento do trabalhador, aí cancelaram o convênio com o São Francisco



e fizeram o convênio com a Santa Casa, que trouxe ganhos muito consideráveis para os trabalhadores rurais.

CAROLINE: Mais alguma consideração que o senhor gostaria de fazer?

JOÃO DALÍCIO DE RESENDE: Eu acho que não. Eu tenho que me dar por satisfeito e agradecido.

CAROLINE: Muito obrigada pelo depoimento, vou encerrar a gravação.